

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

- 45 Charles R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1965.
- 46 Evaldo Cabral de Mello, “O Século mais agreste”. In *Um imenso Portugal...*, cit., p. 276.
- 47 J. H. Elliott, *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- 48 Ver Raimundo Faoro, *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975.
- 49 Gilberto Freyre, *Manifesto Regionalista. Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002. [1933].
- 50 Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo* [1942]. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 51 Ver Diogo Ramada Curto, “O atraso historiográfico português”. In Charles R. Boxer, *Opera Minora*, Vol. III – *Historiografia/Historiography*. Lisboa: Fundação Oriente, 2002.
- 52 Ver François Dosse, *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- 53 Jack Greene, *Peripheries and Center: Constitutional Development in the Extended Polities of the British Empire and the United States, 1607-1788*. Athens: University of Georgia Press, 1986.
- 54 J. H. Elliott, *Empires of the Atlantic World*, cit.
- 55 Anthony Padgen, *Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain, and France, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- 56 Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto, *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 (ed. portuguesa: *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010).
- 57 A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*. Baltimore: Johns Hopkins, 1992 (trad. portuguesa: *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1998).
- 58 Dauril Alden, *The Making of an Enterprise...*, cit.
- 59 Dauril Alden, *Charles R. Boxer: An Uncommon Life...*, cit.
- 60 Ver Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 61 Manolo Florentino, *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos ente a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- 62 Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: A África e o Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003; idem, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- 63 Jaime Rodrigues, *De costa à costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- 64 Francisco Bethencourt e Kirthi Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998; Francisco

- Bethencourt, “A América Portuguesa”, in *ibidem*, Vol. III – *O Brasil na Balança do Império, 1697-1808*; A. J. R. Russell-Wood, “Governantes agentes”, in *ibidem* Vol. III – *O Brasil na Balança do Império, 1697-1808*.
- 65 Luís Felipe Thomas, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 208.
- 66 Ver João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima S. Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Ronaldo Vaifas, Rodrigo Bentes Monteiro (orgs.), *Império de várias faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009; Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado; Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- 67 Ver António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal –Séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- 68 Charles R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965.
- 69 Stuart B. Schwartz, “Religião popular e a Igreja militante. Novos rumos no estudo do Brasil colonial”. In Stuart B. Schwartz e Erik Myruo, *O Brasil no império marítimo português*, cit., p. 450.
- 70 A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos and philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Berkeley: University of California Press, 1968 (trad. brasileira: *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981).
- 71 Stuart B. Schwartz, *Sovereignty and Society in Colonial Brazil: The High of Bahia and its Judges, 1609-1751*. Berkeley: University of California Press, 1973 (trad. brasileira: *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979).
- 72 Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkley: University of California Press, 1968.
- 73 Joaquim Romero Magalhães, *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011; idem, “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial portuguesa”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, 1985.
- 74 Ver Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- 75 Ver João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima S. Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópico...*, cit.
- 76 Prado Jr., Caio, *Formação do Brasil contemporâneo* cit..
- 77 Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- 78 Laura de Mello e Souza, “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado, Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O governo dos povos*, cit., p. 73.

## Charles Ralph Boxer e João de Barros

JORGE BRUXO\*, LURDES ESCALEIRA\*\*

## INTRODUÇÃO

Apesar de separados por quatro séculos, Barros (século XVI) e Boxer (século XX) têm vários pontos em comum, tais como o facto de cada um deles ter trabalhado mais de meio século para a História dos Portugueses no Oriente, de os dois terem tido preocupações didácticas e, cumulativamente, experiências profissionais que nada tinham a ver com a escrita, em particular a escrita da História, em que se revelaram mestres consagrados.

Além disso, ambos despertaram um grande interesse pelo conhecimento do homem e da obra, tendo daí surgido importantes biografias, tais como *João de Barros: Vida e Obra* (1778), da autoria de Manuel Severim de Faria e *Charles R. Boxer: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Collector, Traveller* (2001), escrita por Dauril Alden.

Como historiador da expansão europeia dos séculos XVI e XVII, especialmente a portuguesa e a

holandesa, Boxer socorre-se, naturalmente, daqueles que considera os melhores cronistas coevos da gesta dos descobrimentos marítimos portugueses: Gaspar Correia, Diogo do Couto, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. E este último, nas suas próprias palavras, foi “incontestavelmente o mais importante dos quatro cronistas referidos”.<sup>1</sup>

Esta sua admiração pelo legado de João de Barros, que classifica de cronista oficial dos Descobrimentos Portugueses e, simultaneamente, um dos maiores humanistas portugueses do século XVI, leva Boxer a dedicar-se ao estudo da vida e obra do cronista português. Nos seus trabalhos de escrita da História, serviu-se das *Décadas da Ásia* de João de Barros, classificando esta obra como uma fonte credível e o autor um escritor fidedigno, com condições para transmitir bem fundadas informações de um extremo ao outro do Império Português, considerando-a como um “modelo para a sua inspiração pessoal”.<sup>2</sup>

A exaltação de João de Barros é evidente e materializa-se na obra publicada pelo Xavier Centre of Historical Research, de Goa, no ano de 1981, com o título *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*,<sup>3</sup> mais tarde traduzida para português<sup>4</sup> e publicada pelo CEPESA, em Lisboa, no ano de 2002.

Boxer revela as suas opiniões sobre a obra do humanista, considerando-a de elevado interesse, em especial as *Décadas da Ásia*, e afirma que “é mesmo de ter pena dos historiadores modernos interessados na Ásia do século XVI que tentem ignorar Barros”,<sup>5</sup> autor que proporciona um contexto histórico e um cuidadoso cenário geográfico. Embora, aqui e além, vá revelando apreciar o estilo da escrita de João de Barros, visto dentro dos condicionalismos temporais em que ele viveu, escusou-se a comentá-lo, ao escrever:

\* Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros.

*Graduate in Law, Faculty of Law, University of Lisbon; M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. His publications include a variety of papers and books, both as author and co-author.*

\*\* Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto e em Gestão e Administração Pública pela Universidade de Macau. É Mestre em Gestão e Administração Pública. Doutorou-se em Didáctica das Línguas na Universidade do Porto. É docente do Instituto Politécnico de Macau. É autora de vários artigos e do livro *Ensino da Tradução em Macau: Dos Currícula Propostos à Realidade de Mercado* (2013).

*Graduate in Philosophy from Oporto University and in Management and Public Administration from the University of Macau; M.A. in Management and Public Administration; Ph.D. in Didactics of Languages from Oporto University. Currently lecturing at the Macao Polytechnic Institute. She has published various articles and the book Tradução em Macau: Dos Currícula Propostos à Realidade de Mercado (2013).*

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

## IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

“Sendo eu um estrangeiro, não quero emitir qualquer juízo de valor sobre os méritos literários da prosa de Barros, mas acho que a maior parte dos que leram o texto original das *Décadas* será da opinião que tem geralmente um estilo claro, cuidadoso e solene, tal como o humanista desejava”.<sup>6</sup>

Assim, Charles Boxer considera-se apenas um biógrafo e estudioso de Barros e não um crítico literário da obra do humanista.



não é excepção, realçando alguns factos biográficos de Barros, nomeadamente: (1) Proximidade aos monarcas portugueses do seu tempo e amigo pessoal de D. João III; (2) Tarefa gigantesca ao ser nomeado feitor das Casas da Guiné e Índia; (3) Dedicção ao estudo e à escrita em acumulação com outras tarefas; (4) Investimento na colonização do Brasil, que se revelou tragicamente desastroso nas duas expedições em cuja organização participou nos anos de 1536 e 1556; (5) “Não procurava os prazeres, mas antes a dimensão produtiva da vida”<sup>13</sup> e (6) Pai de uma “generosa família de dez filhos, cinco meninos e cinco meninas”,<sup>14</sup> tendo--se preocupado mais com a sua educação do que com a riqueza que lhes iria deixar em herança.

Para além disso, Barros é ainda considerado como pessoa que teve acesso privilegiado às fontes, quer através dos documentos com que lidou no exercício do seu ofício, quer ainda por ter tradutores ao seu serviço, nomeadamente um tradutor chinês com bons conhecimentos das línguas portuguesa e chinesa, o que lhe permitiu conhecer documentos de outros povos, escritos nas suas línguas.

No aspecto humano, todos, sem excepção, se referem ao facto de Barros ser um protegido da Coroa e de ter beneficiado de vários privilégios, mas, mesmo assim, ter contraído enormes dívidas<sup>15</sup> e de estas terem sido motivo de grandes críticas, tanto por parte da família como de amigos, e de futuros dissabores aos seus herdeiros.

Pesem embora as enormes dificuldades financeiras, Barros revela grande humanismo e compreensão das dificuldades dos seus colaboradores, situação que é exemplificada no acto de pagamento de apoios aos órfãos e viúvas de quantos morreram nas suas infaustas expedições ao Maranhão, para colonização do Brasil, apesar das grandes perdas morais e materiais e das dificuldades financeiras que ele próprio teve que suportar como consequência dessas expedições.

Autor de uma importante e diversificada obra da qual, na perspectiva de Boxer, ressaltam as *Décadas da Ásia* é, ainda, atribuída ao humanista a autoria de outros trabalhos que se perderam ou, então, que nunca chegaram a ser concluídos.

Nos últimos anos de vida recolheu-se à sua Quinta de Alitém onde, apesar de muito adoentado, trabalhou afincadamente na conclusão das *Décadas da Ásia* e da *Geografia*, morrendo sem ter concluído o edifício intelectual por si projectado.

João de Barros era um “homem de venerável presença, alvo de cor, olhos espertos, e nariz aquilino, barba comprida e toda branca, magro, e não grande de corpo, na prática ainda que grave era aprazível, e de grande conversação. Foi varão de vida exemplar, e mui pio”.<sup>16</sup> Este foi o retrato traçado, em 1536, por um jesuíta que conheceu pessoalmente João de Barros e que Severim de Faria, em 1624, transcreveu nos seus *Discursos Políticos Vários* e Boxer acolheu na biografia de Barros.

## A OBRA DE JOÃO DE BARROS

A partir da análise de Boxer sobre a obra do humanista português, podemos concluir que esta nos dá uma visão panorâmica, colocando-se o autor no lugar do *leitor moderno*, guiando-o e avisando sobre o interesse de cada uma das obras de João de Barros. Ao mesmo tempo que descreve o conteúdo nuclear de cada obra, vai apresentando uma interpretação dos principais assuntos focados, bem como a sua própria posição relativamente às críticas que têm vindo a ser feitas, referindo os motivos que, em sua opinião, podem ter contribuído para as opções do humanista português, nomeadamente concepção de história, posições ideológicas e até postura estético literária, apesar de Boxer se ter eximido a assumir-se como crítico literário.

1. Relativamente ao romance de cavalaria *Clarimundo* afirma que “difícilmente esta obra seria capaz de sustentar o interesse de grande parte dos leitores modernos pelas enredadas aventuras e infortúnios das suas múltiplas personagens de ficção”.<sup>17</sup>

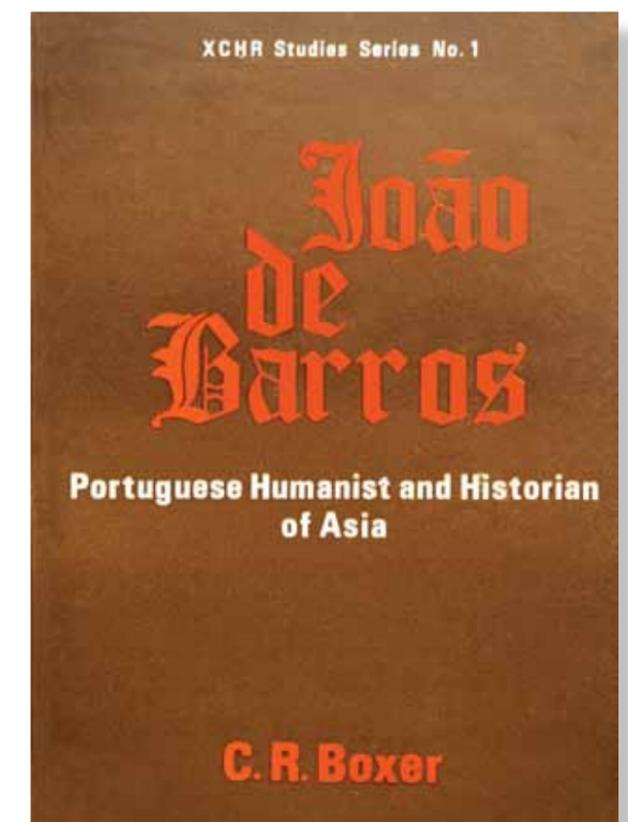
A estratégia literária usada por Barros ao basear o romance num documento por ele traduzido do húngaro “não pretendia iludir ninguém na corte, até porque era conhecido de todos que João de Barros não sabia uma única palavra da língua magiar”.<sup>18</sup>

O enredo é “singularmente complicado e labiríntico [...] uma mistura complicada de eventos naturais, sobrenaturais, mágicos e outros absolutamente absurdos”, no qual abundam elementos secundários

e onde o “único elemento recorrente radica na apresentação de uma reflexão e conclusão morais no fim de cada capítulo”.<sup>19</sup> A forma inesperada como termina a novela deixa a impressão que “João de Barros se sentiu cansado com o seu próprio enredo e decidiu ficar por aí”, nunca tendo escrito uma segunda parte daquela que, na opinião de Boxer e na senda de Severim de Faria, “foi a obra mais popular de todas”.<sup>20</sup>

Para Boxer, a parte mais interessante desta novela de cavalaria é a profecia de Fanimor sobre a expansão ultramarina portuguesa, considerando até poderem existir semelhanças com *Os Lusíadas* (1572), não sendo “possível concluir peremptoriamente que Camões tenha buscado inspiração na leitura de *Clarimundo*, mas parece muito provável e, segundo muitos críticos competentes, é mesmo o que terá acontecido”.<sup>21</sup>

Afirma ainda que, também Francisco de Moraes (1500-1572) terá ido buscar inspiração a *Clarimundo* para o seu *Palmeirim de Inglaterra*, publicado pela primeira vez em 1544, embora, actualmente, o exemplar mais antigo seja de 1576.





2. A *Rópica Pnefma*<sup>22</sup> é, segundo Boxer, “uma das obras mais problemáticas de João de Barros que tem sido analisada e avaliada com resultados bem diferentes” e, por vezes, rotulada de ligeira e superficial, mas na sua opinião “não é um trabalho superficial, nem puramente convencional”, visto estarmos perante “uma produção complexa e paradoxal, contendo trechos em que se empregou um estilo obscuro por razões que apenas podemos tentar adivinhar”.<sup>23</sup> A estrutura, como um diálogo entre o Entendimento, a Vontade, o Tempo e a Razão, integra-se “no género da alegoria medieval”, podendo ser comparada, em vários aspectos, aos *Autos* (*Auto da Feira e a Barca do Inferno*) de Gil Vicente.<sup>24</sup>

“Julgamos que muitas digressões na *Rópica Pnefma* são curiosas e interessantes, confirmando a originalidade do livro e recordando ao leitor os paralelos nas obras literárias posteriores. [...] somos obrigados a concluir que a obra teve pouco impacto. Julgamos, porém, que deve ser considerada como uma composição muito especial e importante no Portugal do Antigo Regime. Eu não hesitaria em afirmar que se trata de um livro tão importante como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, embora esta seja uma obra muito diferente na sua natureza e tenha sido muito mais divulgada”.<sup>25</sup>

Boxer afirma ainda que João de Barros “utiliza a estratégia do paradoxo erasmiano, combinando a apologia da doutrina cristã com uma dura sátira da sociedade do seu tempo, transmitindo, assim, uma mensagem espiritual bebida em Erasmo”.<sup>26</sup>

Neste diálogo, pese embora o recurso à retórica, “fica claro em alguns trechos que as opiniões dos três interlocutores, em particular do Tempo [...] enformam as opiniões do autor”, embora “o estilo deliberadamente enigmático e alegórico” torne difícil descobrir as verdadeiras intenções do humanista.

Barros exagerou o recurso à alegoria e ao paradoxo, abrindo o seu texto a várias leituras, o que parece facilmente explicável se nos lembrarmos de que a Inquisição<sup>27</sup> começava a fazer-se presente no ambiente cultural português.

Boxer cita novamente Révah para contrariar a ideia, defendida por alguns autores, tais como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de que o humanista seria um



Folha de rosto de *Rópica Pnefma*.

“fraco erasmista” e defende que “o livro é generosamente influenciado pelo humanista holandês, frequentando muitas das suas ideias e temerários”. O autor da *Rópica* utilizou a técnica erasmiana de combinar o paradoxo e o colóquio, mostrando, ainda, “a influência do grande humanista no anti-judaísmo, na anti-escolástica, na crítica da sociedade e na defesa do pacifismo cristão”,<sup>28</sup> sublinhados na *Rópica Pnefma*.

O aspecto mais polémico prende-se com a explicação dada pela Razão acerca da denúncia que esta faz do Antigo Testamento. Esta explicação é, na opinião de Boxer, pouco convincente.

3. O *Panegírico de D. João III* foi aceite com agrado pelo monarca, porque, na opinião de Boxer, apesar de o rei estar em negociações com Roma para introduzir a Inquisição em Portugal, também tinha interesse em atrair Erasmo. Assim, apesar das críticas ao clero e das

Folha de rosto da *Cronica do Imperador Clarimvndo*.

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

sátiras a figuras poderosas, o Piedoso acolhe bem esta obra.

“O panegírico apresenta prosa corredia e clara, embora repleta de observações sentenciosas e de reflexões de carácter moral [...] exalta as reais ou presumíveis virtudes de D. João III, também não se abstendo de incluir algumas ideias pessoais e outras solicitadas a Erasmo. [...] reflecte e utiliza a *Institutio Principis Christiani* (1516) de Erasmo sem citar explicitamente a sua fonte”.<sup>29</sup>

Barros foi buscar inspiração a Plutarco (*Vidas*) e a Plínio (*Panegírico do Imperador Trajano*) bem como a muitos outros autores clássicos, o que lhe permitiu “oferecer uma verdadeira ostentação dos seus conhecimentos de mitologia, história e literatura gregas e romanas...”, mas, “não se frequentam citações do Novo Testamento contrastando com as muitas chamadas do Velho Testamento”.<sup>30</sup> E a este propósito podemos interrogar-nos sobre a razão porque Boxer não investiga a explicação para isto, ou não ensaia uma hipotética justificativa.

Ao elogiar D. João III por ter optado por uma política de paz na Europa, Barros é, na opinião de Boxer, claramente influenciado pelas ideias de Erasmo, segundo o qual os príncipes cristãos tinham o dever de não se guerrear entre si, nisto consistindo o denominado pacifismo cristão.

Barros, por vezes, exagera as virtudes de D. João III e fala pouco ou nada dos seus defeitos, o que Boxer justifica pelo facto de se estar perante um homem com muitas virtudes e acrescenta que um inglês do século XVI, em escrito feito 25 anos após a redacção deste *Panegírico*, e que não devia favores ao rei *Piedoso*, também lhe teceu enormes elogios.

O *Panegírico da Infanta D. Maria* é de tamanho mais reduzido, “não alcançando metade do discurso dedicado a D. João III” e por isso, comenta Boxer, deve ter “causado um grande alívio em muitos dos seus ouvintes”.<sup>31</sup> João de Barros segue o modelo clássico do Panegírico, tece elogios a D. Maria, não indica defeitos, faz referências ao Velho Testamento, não se encontrando nenhuma ao Evangelho de Jesus Cristo e elogia a expansão portuguesa e as conquistas temporais e espirituais realizadas durante o reinado de D. João III, irmão da princesa então muito enaltecida, não sendo os elogios fantasiosos, porque D. Maria era uma das princesas mais cultas e virtuosas da Europa do seu tempo.

Boxer sustenta que Camões se inspirou pontualmente em alguns trechos de Barros e, por exemplo, para apoiar que se trata de uma antecipação da famosa expressão dos *Lusíadas*: “por mares nunca dantes navegados”,<sup>32</sup> cita o elogio da expansão portuguesa constante do *Panegírico da Infanta D. Maria*:

“... despregando bandeiras, tomando cidades, sujeitando reinos, onde nunca o vitorioso Alexandre e grande Hércules, de cujas façanhas se espantaram os antigos, puderam chegar; achando novas estrelas, navegando mares não conhecidos, descobrindo a ignorância dos filósofos antigos, que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas”.<sup>33</sup>

4. Relativamente ao *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeus* (c.1543), Boxer declara que não vale a pena tentar analisá-lo e avaliá-lo em pormenor por a sua competência nas matérias aí discutidas, de confronto entre o judaísmo e o cristianismo, ser ainda mais limitada do que a do próprio João de Barros. Ao recomendar que se tome como referência o estudo de Révah sobre o humanista português, Boxer afirma que ele próprio, em toda a obra, o seguiu muito de perto. Assim, com base em Révah, Boxer conclui que Barros:

- Escreveu um tratado polémico ao qual deu a estrutura de uma disputa entre duas religiões, o cristianismo e o judaísmo;
- Defende a Inquisição, mas relativamente ao anti-judaísmo assume uma posição mais moderada, em contraste com a tomada na *Rópica Pnephma*;
- Possuía do Talmude conhecimentos incompletos, imprecisos e em segunda ou terceira mão;
- Nos doze anos de intervalo entre a *Rópica* e o *Diálogo Evangélico* não se registou qualquer avanço nos seus conhecimentos sobre o judaísmo;
- Pensava que o Talmude era um livro canónico tanto para muçulmanos como para judeus;
- Usou fontes pouco credíveis para estudar o judaísmo recorrendo a autores (Pietro Galatino, H. Fino, Johann Reuchlin e Pedro Alfonso) que Révah classifica de desonestos e ignorantes e deixarem muito a desejar;
- Sustenta que o cristianismo é superior ao judaísmo com fundamento em argumentos baseados no Velho e no Novo Testamento, no “Apocalipse” e noutros textos pós-bíblicos e rabínicos, isto é, produzidos pela

classe sacerdotal dos judeus e dos cristãos, mas os seus argumentos são inconsistentes.

O facto de esta obra ter ficado inédita, apesar de favorecer o proselitismo cristão, deve-se, segundo Boxer, ao facto de se viver no contexto da Inquisição e de o Cardeal D. Henrique e os seus conselheiros não considerarem “oportuno continuar a permitir discussões abertas sobre temas religiosos delicados e melindrosos mesmo quando se faziam com intenções de defender os dogmas católicos”.<sup>34</sup>

O *Diálogo Evangélico* foi escrito logo após o terceiro auto-de-fé ocorrido em Lisboa em Novembro de 1542. E Boxer constata que “a análise do texto deixa-nos com a impressão de se tratar de uma obra composta com alguma pressa, ficando provavelmente acabada no início de 1543”.<sup>35</sup> Tal como Révah, considera que Barros não é um estudioso sério do judaísmo em Portugal e classifica este texto como “pouco afamado e polémico”, mas constituindo uma prova clara do interesse de Barros pelo “problema judaico do seu

Folha de rosto de *Gramática da Língua Portuguesa*.



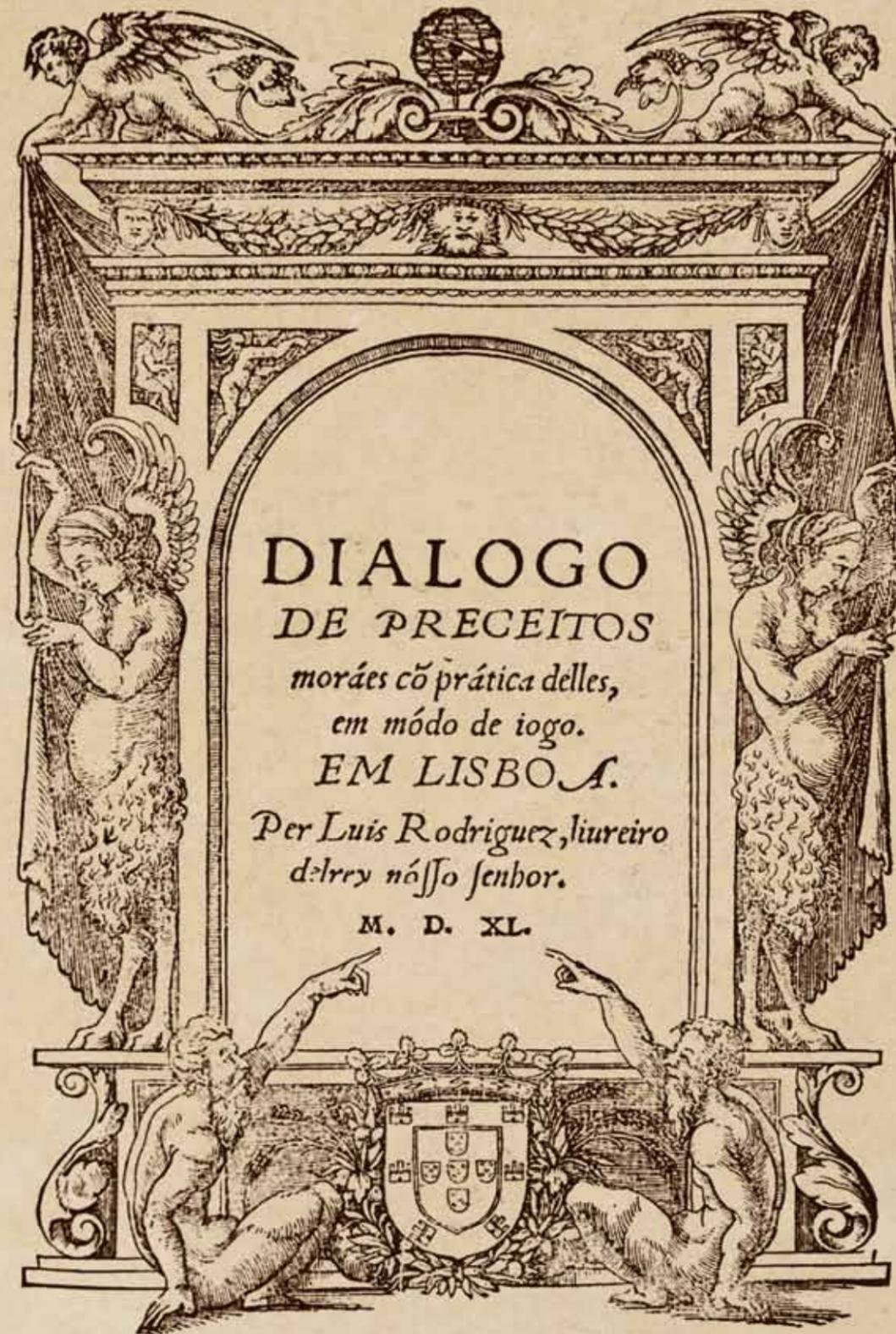
tempo e da sua geração”, tendo-se, contudo, baseado em estudos desonestos ou ignorantes. Esta obra, depois de dormir quase três séculos no silêncio dos arquivos, só teve publicação integral em 1950, concluindo Boxer que “em nada contribui para aumentar a glória teológica ou literária do nosso humanista”.<sup>36</sup>

5. Boxer considera que a *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*,<sup>37</sup> geralmente conhecida como “Cartinha”, é uma “cartilha” de catecismo e não uma gramática, “um catecismo que ensinava um aluno a ler, instruindo-o também na doutrina católica”.<sup>38</sup> É sua opinião ter esta obra um teor medieval e não existirem nela influências da Contra-Reforma e, sobretudo, revelar desenvolvimentos sob o ponto de vista didáctico e pedagógico (inclusão de objectos e de figuras para ensinar o alfabeto). Boxer ressalta este aspecto inovador de ensinar a ler e a escrever e afirma estarmos perante um precursor de J. A. Comenius, teólogo e reformador checo (1592-1670), “apresentando o nosso humanista uma estrutura melhor e mais eficaz”.<sup>39</sup> É sua opinião que o humanista português defende um método original de escrever e de acentuação, pese embora esta originalidade não ter tido ecos, tanto no seu tempo como mais tarde.

6. Além da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros e, quase ao mesmo tempo, foi também editada uma Gramática de Fernão de Oliveira, tendo ambas recebido alguma influência da Gramática da língua castelhana de António Nebrija, mas esta é mais especulativa do que as duas primeiras gramáticas portuguesas.

Barros defende a superioridade da língua portuguesa, mesmo em relação ao latim, importando para o português palavras de origem asiática e africana e sustentando o pleno direito de a língua portuguesa ser imposta aos povos dominados. Critica severamente o baixo nível dos professores e insiste na vantagem de escrever com letra romana em vez de ser usada a letra gótica. E Boxer conclui desta forma:

“... João de Barros estava avançado para o seu tempo, situação que ajuda a explicar porque é que as suas inovações não tiveram grande aceitação. Se elas tivessem sido aceites [...] Portugal estaria na vanguarda do progresso europeu em vez de se arrastar na sua retaguarda já nos meados do século XVII.”<sup>40</sup>



7. O *Diálogo da Viciosa Vergonha* é, como o título “algo críptico” parece indicar, um diálogo, entre João de Barros e seu filho António, acerca da vergonha, distinguindo-a da culpa. Boxer classifica-o como um tratado moral visando infundir o temor de Deus e a fonte da sabedoria nos jovens educandos.

Acontece que João de Barros já tinha solicitado ao humanista António Luís, seu amigo, que escrevesse um tratado sobre esta matéria, o que ele fez, tendo publicado uma obra com o título *De pudore*. Nestas circunstâncias natural é que se pergunte sobre qual a razão porque ainda assim Barros escreveu o *Diálogo da Viciosa Vergonha*. A esta questão responde Boxer da seguinte maneira: “Ou Barros não estava satisfeito com esta obra, ou não a tinha visto antes de publicar, precisamente no mesmo ano, o seu próprio trabalho”.<sup>41</sup>

Charles R. Boxer escreve ainda:

“O humanista retoma a discussão de alguns temas da *Rópica Pnefma*. Temos uma breve, mas curiosa, menção ao pacifismo cristão, enumerando-se também alguns ‘defeitos temporais’ denunciados como sendo inspirados por Satanás, neles se incluindo a ‘conquista, navegação, e comércio’ (‘conquistar, navegar, tratar com todas as outras indústrias que Satanás inventou’).<sup>42</sup>

Curiosamente aqui a conquista, a navegação e a actividade comercial são classificadas como invenções satânicas, diferentemente do expresso noutras obras, como se pode ver em *Clarimundo* e nas *Décadas*. Sobre esta questão Boxer comentou que se trata de uma posição que não corresponde àquilo que Barros “sustentava nas *Décadas*, em preparação na mesma altura, dedicadas com muito orgulho à celebração da “conquista, navegação e comércio” dos portugueses no Oriente. Como já tentámos compreender, esta situação que parece ser ilógica e discordante não nos surpreende nem é inexplicável”.<sup>43</sup>

Acerca de uma discussão sobre as diferenças entre vergonha e culpa Boxer diz textualmente que “devo confessar que esta composição ultrapassa minha compreensão”, querendo com isso significar não ter entendido o sentido desse trecho do diálogo e parecendo inculcar uma crítica a Barros por ter usado um estilo difícil e algo nebuloso em matérias já por si nada fáceis.

Folha de rosto de *Diálogo de Preceitos Morais com prática deles em modo de jogo*.

8. O *Diálogo de Preceitos Morais com prática deles em modo de jogo*, publicado em 1540, apresenta um diálogo entre João de Barros e dois dos seus filhos, Catarina e António. A finalidade deste jogo educativo é a de promover a formação de personalidades moderadas, isto é não inclinadas a extremismos, quer num sentido quer no seu oposto. Inspirado no jogo das damas, com 36 pedras, representando cada uma delas um vício ou uma virtude, procede-se ao ensino da ética.

Na *Década II*, Boxer encontra provas de que Barros tomou conhecimento de a jovem princesa D. Maria<sup>44</sup> ter apreciado muito o jogo e de o ter praticado variadíssimas vezes com o seu pai, também aí registando o lamento por este jogo se não ter popularizado, como ele gostaria. Boxer, ao comentar esta atitude, anota que algum sucesso deve ter tido, porque ocorreu uma segunda edição deste livro em 1563.

9. No que concerne especialmente às *Décadas da Ásia*, Boxer cita Donald Lach quando este define as *Décadas* como “uma crónica narrativa em moldes geográficos”, nunca tendo o humanista perdido de vista a expansão global dos portugueses. De seguida remete para a metáfora de Niels Steensgaard, ao escrever que se podem olhar as “*Décadas* como um ecrã enorme de um radar, abrangendo a totalidade da actividade portuguesa da expansão, desde o Maranhão até às Molucas”.<sup>45</sup>

Numa visão panorâmica, Boxer considera que o autor das *Décadas* não é a melhor autoridade para o estudo das viagens portuguesas na costa ocidental da África, porque afirma ter-se baseado em Gomes Eanes de Zurara, cuja *Crónica da Guiné* é bastante imperfeita. A partir do reinado de D. João II e, sobretudo, com D. Manuel I, Barros teve acesso a fontes mais fiáveis e a narrativa torna-se mais fidedigna.

Na análise detalhada das *Décadas*, Boxer parece colocar-se no lugar do leitor moderno e vai tecendo considerações. Assim, sobre a *Década I* (1493-1505)<sup>46</sup> afirma que, nos três primeiros livros, talvez “os capítulos mais interessantes [...] sejam aqueles que tratam da construção do castelo de S. Jorge da Mina” e das relações dos portugueses com os reinos Jalogo da Senegâmbia e Edo de Benin; o sétimo livro “não tem nada de especial interesse para um leitor moderno”, mas o oitavo é “mais interessante” e o nono “inclui três capítulos de muito interesse”. Destaca o livro décimo por “conter um relato fascinante, mas baseado em boatos, das famosas ruínas do Grande Zimbabué e,

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

ainda, por este texto ser um exemplo da capacidade do humanista português “de escrever um relato resumido, correcto e crítico”.<sup>47</sup>

Boxer detem-se<sup>48</sup> sobre uma afirmação de Barros que ele qualifica como uma explicação interessante para justificar o imperialismo português. Essa afirmação é a seguinte: “porque (como já repetimos por vezes) os Sumos Pontífices tinham concedido a este reino tudo o que descobrissem do Cabo Bojador até à Oriental praia, em que se compreendia toda a Índia, ilhas, mares, portos, pescarias, etc., segundo extensamente se contém nas doações”.<sup>49</sup>

Relativamente à *Década II* (1506-1515) refere que o primeiro livro “não oferece nenhuma novidade a um leitor moderno, podendo ser de algum interesse o relato (cap. 3) da conquista da ilha de Socotorá na entrada do Mar Roxo” e o segundo contém “uma descrição preciosa e a história da ilha”, assente num cronista persa e em fontes portuguesas, a qual revela a “atenção que o nosso humanista prestou à geografia humana, já o seu interesse sincero pelos habitantes da região e pelo seu passado”. O terceiro livro descreve a vitória de D. Francisco de Almeida perto de Diu, em 1509, a qual, na óptica de Boxer, “pode ser considerada uma das grandes batalhas na história do mundo por ter aberto aos portugueses o domínio sobre o Oceano Índico.” No quarto livro, a propósito das histórias antigas de Malaca e de Singapura Barros recorre às tradições orais, entre outras fontes históricas. No sétimo, “é fixada uma crónica [...] da malograda expedição” de Afonso de Albuquerque ao mar Roxo. Essa narrativa é, na opinião de Boxer, muito mais credível do que a de muitos outros, incluindo a do próprio Albuquerque.<sup>50</sup> O último livro da *Década II* relata a conquista definitiva de Ormuz por Afonso de Albuquerque e a morte deste durante a viagem de regresso, já quando se avistava Goa, facto que Boxer considera ter sido dramatizado com competência por João de Barros.

Segundo Boxer, a *Década III* (1516-1525) “é talvez das mais interessantes para um leitor moderno” visto que “fornece informações da maior importância sobre a Ásia”.<sup>51</sup> O primeiro livro prova que João de Barros estava excepcionalmente bem informado sobre o Sião e a China. No terceiro livro, Barros “repete uma lenda corrente e ridícula” sobre a origem dos birmaneses, oferecendo “uma outra que não parece ser mais credível” sobre a mesma questão. Podemos também encontrar uma “descrição muito valiosa”

das ilhas Maldivas. Referindo-se ao Livro V, Boxer informa que o humanista usa informação “muito valiosa”, recorrendo a fontes portuguesas e também a documentos castelhanos confiscados pelos portugueses em Ternate e que lhe foram entregues pelo seu amigo Duarte de Resende, quando regressou ao Reino. Acerca deste assunto, Boxer refere que o cosmógrafo italiano Giovanni Battista Gessio emitiu um parecer, em Madrid, em 24 de Novembro de 1579, no qual Barros é acusado de ter intencionalmente reduzido a largura do Atlântico para aumentar o Brasil. E conclui: “É natural que João de Barros tenha feito uma selecção deste material espanhol, mas mesmo assim a sua descrição é indispensável para qualquer investigador sério desta viagem épica”, porque, tal como Gessio admite, “o nosso humanista merece maior confiança do que qualquer outra autoridade portuguesa”.<sup>52</sup>

A leitura desta *Década* permite concluir que “João de Barros alimentava uma admiração sem limites pela China, possibilitando-lhe olhar os ‘pagãos chineses’ com muita tolerância”, afirmando “que tinham muito orgulho da sua superioridade cultural”. O humanista mostra possuir bons conhecimentos sobre a cultura chinesa e enumera várias inovações técnicas, o sistema judicial e a administração provincial para concluir que “a cultura e a civilização chinesas eram superiores às dos gregos e romanos”.<sup>53</sup>

Boxer diz-nos ter Barros muito mais informação que estava usando na sua *Geografia*, escrita em simultâneo com as *Décadas*, atitude que diz compreender, mas ao mesmo tempo lamenta:

“Compreende-se, mas é isto que torna a perda da sua *Geografia* ainda mais lamentável. A generalidade dos leitores de hoje estaria mais interessada em ler ainda mais sobre a cultura e a civilização do *Florido Reino do Centro*, do que sobre as velhas e infelizes histórias do passado que, nas cercanias do Oceano Índico, ocupam tanto espaço nas *Décadas*. No entanto, convém sublinhar que o autor escrevia principalmente para os seus contemporâneos e não para nós”.<sup>54</sup>

Apesar de Barros ter afirmado que teria concluído a *Década IV* (1527-1538), o facto é que só 45 anos após a sua morte ela é publicada em resultado de um exaustivo trabalho de João Baptista Lavanha.<sup>55</sup> Este introduziu três mapas – de Java, Guzerate e Bengala – que “não serão de grande utilidade para os leitores modernos, mas foram certamente úteis para os leitores da época”.<sup>56</sup>

Discordando de alguns autores, Boxer concorda com Severim de Faria quando este afirma “que ficou esta *Quarta Década* um dos melhores livros que hoje temos em nosso vulgar”,<sup>57</sup> considerando ter sido esta obra produzida em co-autoria de João de Barros e de João Baptista Lavanha.

10. Não se pode estudar Barros sem referir os *Escritos incompletos, inéditos e perdidos*, entre os quais se destaca, para além da *Década IV* e, segundo Boxer, a *Geografia Universal (Geographia Universalis)* à qual se dedicava ao mesmo tempo que preparava as *Décadas*. Barros faz várias alusões a esta obra e Frei Mariano Azaro<sup>58</sup> diz ter visto o manuscrito em 1583 e deixou-nos uma descrição do seu conteúdo. É ainda Azaro que nos dá conta de um tratado sobre *Comércio*, obra de grande valor e utilidade para comerciantes e mercadores. Apesar de considerar que talvez haja algum exagero por parte de Azaro, Boxer considera que “deve admitir-se que a perda destas duas grandes obras foi grave e que João de Barros era, na verdade, um pioneiro da história económica”.<sup>59</sup>

Há ainda referências a trabalhos pedagógicos e didácticos: *Esfera da Estrutura das Cousas; Tratado de Causas ou Problemas Moraes; Exclamação contra os Vícios (Abusões do Tempo)*. Boxer dá-nos conta de mais três obras inéditas que, em 1747, Diogo Barbosa Machado incluía na sua Biblioteca Lusitana: *História Natural do Oriente, Sumário* que trata das províncias do Mundo e *História dos Reis da Pérsia, Grão Tamerlão e Preste João*.

Existe ainda a obra *Grammatices Rudimenta*, uma incompleta gramática latina, só descoberta em meados do século xx e publicada, em 1972, por Maria Leonor Buescu, onde Barros usa um método indutivo com ilustrações, organizado para ser ensinado latim à jovem infanta D. Maria.

## POSIÇÃO DE BOXER FACE A ALGUMAS CRÍTICAS A JOÃO DE BARROS

Perante autor de tão vasta e variada obra não é de estranhar que tenham surgido algumas críticas face às quais o historiador inglês toma posição, defendendo e tentando explicar as razões do humanista, mesmo nos casos em que admite existirem problemas. Boxer dá alguns exemplos de erros cometidos, em sua opinião, por Barros:

“É inevitável que Barros tenha errado algumas vezes na utilização de fontes orientais, mas são

falhas menores. Como verdadeiro humanista e gramático que era, a curiosidade em investigar os significados e as origens das palavras às vezes confunde-o. Algumas das suas interpretações de topónimos e antropónimos asiáticos não correspondem à realidade, mas a etimologia tem sido sempre um campo perigoso mesmo para os mais experimentados”.<sup>60</sup>

Boxer não concorda com a opinião de Severim de Faria quando este afirma que Barros aprendeu com grande perfeição várias línguas, incluindo o grego, considerando que Barros não seria “tão proficiente como este biógrafo proclama”.<sup>61</sup>

E também divergem relativamente ao facto de Barros ter sido, entre 1522-1525, capitão e governador do Castelo de S. Jorge da Mina, na Guiné, afirmação errónea, porque, segundo Boxer, não existe documentação da época para comprovar este facto e, também, porque é duvidoso que dessem uma tão grande responsabilidade a um jovem principiante. Acrescenta ainda que o facto de Barros falar<sup>62</sup> de uma viagem a S. Jorge da Mina não implica que tivesse ocupado o cargo que alguns lhe atribuem, porque podia tratar-se de uma simples viagem de inspecção ou de uma missão oficial.

Richard Hakluyt identifica Barros como “cosmógrafo-mor” da nação e como “motivador da colonização do Brasil”. Boxer discorda de Hakluyt e defende que Barros nunca foi “cosmógrafo-mor de Portugal, mas apenas uma personalidade reconhecida pelos seus escritos e conhecimentos de cosmografia” e acrescenta que também “não era o único defensor da colonização sistemática do Brasil”, embora a sua opinião tivesse um importante peso na corte de D. João III.<sup>63</sup>

Boxer, fundamentado na opinião de Marques Braga, sustenta que, em *Clarimundo*, Barros segue o modelo *Amadis de Gaula*<sup>64</sup> (1508) e defende que apesar de haver algumas semelhanças não revela muita influência da obra *Claribalte*.<sup>65</sup> De facto, embora tendo lido *Claribalte*, aqui não existe nenhuma referência à expansão colonial de Castela semelhante à profecia de Fanimor, relativamente à expansão portuguesa. Acresce ainda que Oviedo se tornou um crítico das novelas de cavalaria, inclusive de *Claribalte*, enquanto Barros, na sua maturidade intelectual, nunca se refere em tom depreciativo a esta obra escrita da sua juventude.

Perante a polémica de saber se Barros é ou não influenciado por Erasmo, Boxer coloca-se ao lado de

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

Révah, António José Saraiva e outros, defendendo que o humanista português sofre influência de Erasmo, tanto nos conceitos como nos temas, combinando o paradoxo e o colóquio e assumindo posições anti-judaísmo, anti-escolástica, crítica da sociedade e defesa do pacifismo cristão. Tal como Erasmo aprecia a pureza e o teor evangélico do Novo Testamento, afirmando que a ciência suprema consiste em imitar Cristo porque tudo o mais é vaidade.

Acerca do *Panegírico da Infanta D. Maria*, Boxer afirma que apesar de não se ver uma influência clara de Erasmo esta existe e isso pode ser comprovado pelo facto de Barros se referir ao *Elogio da Loucura*, obra de Erasmo naquela época muito criticada por ortodoxos e conservadores influentes. Para além de Erasmo notam-se influências de Raymond Sébond (*Liber Creaturarum*, 1436) e de Henri Cornelis Agrippa (*De incertitudine et vanitate*, 1530).

Vários autores se têm debatido com a aparente contradição presente na obra de Barros visto que na *Rópica Pnema* plasma o pacifismo de sentimentos erasmianos, mas nas *Décadas da Ásia*, no *Clarimundo* e nos *Panegíricos* justifica a expansão portuguesa. Boxer não estranha a contradição e conclui:

“... não precisamos de confirmar com os psiquiatras que os seres humanos têm muito de contraditório em si, ou que há muita gente que considera o patriotismo uma virtude e não o último refúgio dos patifes ... Não temos que duvidar da sinceridade de João de Barros quando organizou as *Décadas* e quando escreveu a *Rópica Pnema*”.<sup>66</sup>

Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa* entende Boxer que João de Barros “preferia seguir os moldes tradicionais das gramáticas latinas, procurando ser mais sistemático e abrangente”. Aceita ser manifesta uma certa influência de Nebrija, mas acrescenta que “se a gramática de Barros pode ser considerada uma versão portuguesa da obra castelhana, não foi certamente uma adaptação servil, havendo diferenças patentes”. Cita Maria Leonor Buescu e refere que a principal divergência consiste no próprio conceito de gramática (“Nebrija é o gramático especulativo, o cientista da linguagem. Barros é o mestre e pedagogo da geração dos seus próprios filhos”<sup>67</sup>). Relativamente aos destinatários da gramática, Charles Boxer refere a opinião de António José Saraiva, que afirmava terem como público alvo os asiáticos e os africanos e defende:

“Não subscrevo esta opinião, e continuo convencido que o objectivo de Barros foi o de ensinar a sua língua aos portugueses de casa, um objectivo que fracassou”.<sup>68</sup>

As críticas tecidas à *Década IV* em parte têm a ver com o facto de não se saber ao certo qual a intervenção de Lavanha na reformulação do texto, concluindo Boxer que parece “razoável atribuir a autoria de metade ou dois terços do texto a João de Barros “refutando a crítica, por a achar injusta, à coordenação editorial de Lavanha.

Alguns autores criticam Barros por este não ter incluído informação que afirmava ter em sua posse, reservando-a para obras que tinha intenção de redigir e que nunca teve oportunidade de escrever devido aos inúmeros afazeres profissionais e, também, por causa da doença que o acometeu nos últimos anos de vida.

Uma das críticas mais contundentes tem a ver com o conceito de História de Barros, já que este sustentava que não devem ser registados pormenores daquilo que apouca os heróis, mas apenas aquilo que os enaltece, porque a História deve ser motivo de orgulho e exemplo para quantos a leiam. A este propósito Charles Boxer transcreve o seguinte passo da *Década II*:

“E porque nossa tenção é em todo o decurso desta nossa Ásia escrever somente a guerra que os Portugueses fizeram aos infiéis, e não a que tiveram entre si, não espere alguém que destas diferenças do vice-rei e Afonso de Albuquerque, e assim de outros que ao diante passarem, se haja de escrever mais que o necessário para entendimento da história, para não macular uma escritura de tão ilustres feitos com ódios, invejas, cobiças, e outras coisas de tão mau nome, de que assim os vencedores como os vencidos podiam perder muita parte de seus méritos”.

Boxer remata esta questão afirmando que “Barros não foi o primeiro nem o último historiador oficial a seguir esta orientação”.<sup>69</sup>

O que fica referido constitui acusação a que acresce a de parcialidade, mas quanto a isso também Boxer defende Barros, afirmando que a culpa deve-se mais ao material informativo, com variadas e contraditórias notícias, de que é bem exemplo o governo do Estado da Índia por Nuno da Cunha.

Barros é fortemente criticado por um seu contemporâneo, Fernão Lopes de Castanheda, pelo facto de escrever sobre lugares onde nunca esteve,

nomeadamente os territórios indianos portugueses. Whiteway, entre outros, retoma esta crítica e afirma que João de Barros “tinha uma autoridade limitada sobre temas da Índia por nunca lá ter posto o pé”. Boxer sai em defesa do humanista e afirma que até se pode admitir existir algo de verdadeiro, no entanto, é sua opinião, que Barros “escreve várias coisas mais correctas do que Gaspar Correia (c.1496-1567), Fernão Lopes de Castanheda (c.1500-1559) e Diogo do Couto (c.1542-1616) que estiveram muitos anos na Índia”.<sup>70</sup>

Pese embora se possa discutir da fiabilidade das fontes, parece não restarem dúvidas de que Barros teve acesso a um grande e variado manancial de fontes, e por isso alguns autores<sup>71</sup> foram levados a afirmar estarmos perante a pessoa mais bem informada da sua época. Boxer cita Frei Mariano Azaro comentando que este:

“... certamente exagerava ao afirmar que João de Barros era a pessoa mais bem informada de entre os vivos, mas nós não hesitamos em declarar que o humanista e historiador português era sem dúvida o mais bem informado entre os sábios contemporâneos da Europa ocidental, merecendo a sua obra ser mais bem apreciada em todo o mundo”.<sup>72</sup>

Nos prólogos das *Décadas*, Barros responde às críticas e tece auto-justificações, por vezes muito amargas, perante os que o criticam por se ter dedicado tanto aos livros e pelo facto de não lhe terem dado o valor que ele e a sua obra mereciam. Queixa-se ainda por serem os estrangeiros a dar mais valor aos seus trabalhos do que os portugueses. Severim de Faria associa-se aos lamentos do humanista que dedicou quase todos os momentos livres e até tirou muitas horas ao sono para se votar à sua obra. Apesar de Boxer sentir que estes amargos queixumes tinham certa razão de ser, também realça não se poder escamotear o facto de D. João III e a Casa Real Portuguesa o terem tido sempre em muito apreço e nunca o terem deixado sem ajuda, nomeadamente financeira. Acrescenta que “antes da sua morte, João de Barros tinha atingido uma relativa notoriedade como historiador da expansão portuguesa, e como uma autoridade sobre a China”, aditando que “a apreciação do estrangeiro limitou-se às *Décadas* e fez-se numa escala modesta durante séculos”, anotando ainda que apesar de as *Décadas* sempre terem “merecido o respeito de uma minoria de investigadores conhecedores do seu valor, apenas durante os últimos cem anos ganharam maior reconhecimento”.<sup>73</sup>



GRAMMÁTICA DA  
língua portuguesa com os mandamen-  
tos da santa mãe igreja.

Folha de rosto de *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*.

## IDEIAS INOVADORAS NA OBRA DE BARROS NA PERSPECTIVA DE BOXER

Segundo Charles Boxer o humanista pode ser considerado um orientalista pioneiro porque, apesar de não dominar qualquer língua asiática, teve acesso e coligiu, de forma sistemática, muita informação sobre os lugares de que fala tanto através de documentos que chegavam às suas mãos, devido ao seu ofício na Casa da Índia, como através de entrevistas a navegadores, comerciantes, religiosos e soldados que tinham estado nesses lugares, bem como com recurso a tradutores que ele próprio contratava para o efeito. E Boxer acrescenta que “esta utilização científica e discriminada de fontes primárias orientais não tinha qualquer precedente, demonstrando o grande mérito de João de Barros”.<sup>74</sup>

No *Panegírico da Infanta D. Maria*, Boxer destaca algumas mulheres notáveis e eruditas da Antiguidade

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

## IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER



e do Velho Testamento (Judite, Rainha Ester, Santa Catarina de Alexandria, entre outras), elogiando a sua coragem. As mulheres surgem como seres corajosos e dá o exemplo de Cristo crucificado e abandonado por todos excepto por valorosas mulheres. Barros afirma que para além das mulheres mencionadas existem muitos outros casos de heroísmo de mulheres que igualaram ou mesmo excederam os homens nos seus actos de coragem, o que, na opinião de Boxer, se pode entender como arrojados de feminismo.

Barros sustenta o ensino forçado da língua portuguesa ao afirmar que um povo conquistador tem direito de impor a sua língua às populações submetidas e que os padrões implantados pelos descobridores e tudo o mais pode desaparecer, mas a língua é algo que fica para sempre. A língua portuguesa “é filha primogénita do latim”, mas “João de Barros não estava obcecado pela superioridade desta língua clássica e não se sentiu pressionado a importar vocábulos latinos [...] preferia as palavras que o longo uso na província nortenha do Minho e Douro [...] já tinha naturalizado”.<sup>75</sup> Para além disso também introduziu vocábulos de origem asiática e africana e insistia na vantagem da escrita romana sobre a gótica. Boxer afirma que a defesa e uso da língua portuguesa, o aportuguesamento de palavras bebidas do latim e do grego clássico e a importação e adaptação de muitos vocábulos de origem africana e asiática mostram que Barros estava avançado para o seu tempo e isso explica o fraco impacto das suas ideias inovadoras na sociedade portuguesa de então.

João de Barros contribuiu decisivamente para consolidar a língua portuguesa,<sup>76</sup> que ainda carecia de saltos qualitativos que a afirmassem como língua de cultura europeia ao lado das demais emergentes línguas românicas, potenciando as suas raízes galaico-durienses e simultaneamente moçárabes para poderem enriquecer o seu léxico com o objectivo de se universalizar como língua do trato internacional e de ponte intercultural. A forma como o humanista português contribuiu para isso consistiu nomeadamente na atrás referida elaboração de uma gramática, que ele sustentava ter sido a primeira a ser feita, mas de facto foi a segunda a ser editada, quatro anos após Fernão de Oliveira ter publicado a primeira em 1536. Boxer coloca a justificada hipótese de as duas gramáticas terem ficado prontas quase em

simultâneo, acontecendo que foram publicadas com um intervalo de quatro anos. Embora sofrendo influência das gramáticas de latim, então usadas no ensino em Portugal, e da gramática castelhana de António Nebrija, verdade é que a gramática de Barros apresenta inovações várias, nomeadamente no que se refere à pedagogia e ao pragmatismo.

Na área da História, João de Barros entende que esta tem de ser bem fundamentada e bem contextualizada. Para ser bem fundamentada recorre não só às fontes escritas coevas dos acontecimentos, mas também de outras épocas. E não só a fontes europeias, mas também aos documentos e narrativas locais, que eram escritas em várias línguas estrangeiras, nomeadamente, chinês e árabe. Entre essa documentação Boxer cita: uma crónica árabe de Quíloa, uma crónica persa de Ormuz, uma biografia persa do conquistador mongol Timur, uma crónica persa sobre a origem dos mongóis, crónicas do reino de Guzerate, uma crónica dos sultanatos do Decão, uma crónica hindu de Vijayanagar, etc. Mas Barros também utiliza depoimentos de pessoas que viveram os acontecimentos e que, por isso, puderam testemunhá-los com a sua perspectiva. Mas a narrativa de Barros não serve os acontecimentos de forma descontextualizada, privada dos seus antecedentes históricos, da sua teia política e dos ambientes da respectiva geografia física e humana que os condicionavam.

A *Década III* mostra ser João de Barros “um dos primeiros escritores a descrever as actividades e os costumes dos siameses, em vez de se limitar à crónica das cerimónias e guerras régias, como faziam as crónicas locais”. E Boxer afirma ter João de Barros antecipado “Henry Yule por mais de dois séculos ao identificar a Caugigu de Marco Polo com o Laos”. Para além destes aspectos, é de notar que é a primeira vez que aparece, em livros europeus, uma referência à Grande Muralha da China. Nem Marco Polo a tinha feito!

Quanto à troca de acusações entre Barros e Castanheda,<sup>77</sup> considera que ambos foram reciprocamente injustos e aproveita para realçar a grandeza das *Décadas da Ásia* de João de Barros porque considera terem estas uma estrutura superior à da *História* de Castanheda e, ainda, uma perspectiva global e uma apreciação da geografia que não estão presentes na obra deste último. Acrescenta que ambas as obras “honram com elevação os seus produtores”,<sup>78</sup> podendo ser vistas como complementares.

## EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

Segundo Boxer, “João de Barros não era somente um escritor ágil, mas era também um dos mais distintos humanistas do século XVI”.<sup>79</sup> Numa exaltação do contributo de Barros para a língua portuguesa vemos a seguinte afirmação:

“Se elas tivessem sido aceites [...] Portugal estaria na vanguarda do progresso europeu em vez de se arrastar na sua retaguarda já nos meados do século XVII”.<sup>80</sup>

## CONCLUINDO...

Em jeito de conclusão, é justo que se afirme a relevância de João de Barros e de Charles R. Boxer e se reconheça que a admiração deste último pela figura e obra do humanista português é bem merecida. De facto, pesem embora os lamentos de Barros e dos seus admiradores, perante o desconhecimento ou falta de reconhecimento do papel de João de Barros, existe já uma grande variedade de estudos sobre as várias obras de Barros e a notícia de que vários estudos e teses de doutoramento estão na forja. O aprofundamento do estudo conduz a novas abordagens das *Décadas da Ásia*, da *Gramática*, bem como das restantes obras e, frequentemente, se lastima a perda ou a não publicação de obras não acabadas.

Apaixonados pela temática dos descobrimentos portugueses, Boxer e Barros comungam uma admiração pela tenacidade do povo português ao criar o primeiro império colonial moderno e, também, o último a desaparecer, espalhado por cinco continentes, opondo-se e sobrevivendo aos choques com inimigos bem mais poderosos.

Um outro ponto comum, para além de terem assumido para si próprios a missão de descrever os

feitos dos portugueses, os dois autores deixam obras que retratam a grandeza e a coragem dos portugueses dando uma visão de conjunto e tornando as suas obras peças fundamentais na bibliografia da história dos portugueses, nomeadamente da expansão portuguesa.

Assim, se à partida o objecto de estudo poderia parecer muito limitado, tal não se veio a verificar visto que a ligação entre Boxer e Barros veio abrir portas para múltiplas análises, abordadas no âmbito deste artigo mas que necessitam de ser aprofundadas.

Boxer, além da leitura de toda a obra acessível de João de Barros bem como da documentação a ele atinente, como a compilada por António Baião, pesquisa nos estudos mais notáveis sobre a obra do humanista português, como são os da autoria de António José Saraiva, Carolina Michäelis de Vasconcelos e George Schurhammer.

Não restam dúvidas sobre o contributo de Boxer no estudo e divulgação da obra de Barros, podendo-se destacar que a sua obra sobre a vida e trabalhos de Barros, editada em inglês, tornou possível um maior conhecimento deste vulto do humanismo português no mundo anglo-saxónico.

Boxer qualifica Barros de orientalista pioneiro, de sinólogo, de ideólogo da expansão portuguesa e de apoiante das conquistas temporais e espirituais dos portugueses e simultaneamente defensor da *pax cristiana* o que, à primeira vista, parece ser contraditório, mas, de facto, não é, porque a paz é no mundo cristão.

Homenageando Boxer também quase automaticamente se enaltece Barros, ambos irmanados na missão de legarem à Humanidade um melhor conhecimento da Ásia nos séculos XVI e XVII e do seu impacto na primeira experiência de globalização do nosso planeta. **RC**



## IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

## NOTAS

- 1 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português e Historiador da Ásia*, tradução de Teotónio R. de Souza, Lisboa, CEPESA, 2002, p. 9.
- 2 Afirmação de Teotónio de R. de Souza, in “Prefácio” a Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 6.
- 3 Charles Ralph Boxer, *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*, Nova Delhi: Concept Publishing Company, 1981. Segundo Teotónio R. de Souza (*ibidem*, p. 6) Boxer alterou o subtítulo original “Bio-bibliographical study” para “Portuguese Humanist and Historian of Asia”, por considerar este último mais atractivo para o leitor. Boxer já anteriormente tinha publicado o artigo “Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)”, reeditado por Diogo Ramada Curto, Charles Ralph Boxer, *Opera Minor*, Vol. II – *Orientalismo/Orientalism*. Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 13-36.
- 4 Entre os motivos que levaram à tradução desta obra, Teotónio R. de Souza refere no “Prefácio” os seguintes: (1) o facto de a edição em língua inglesa ter despertado grande interesse nos investigadores da história e da cultura portuguesas; (2) levar ao público que não domina a língua inglesa uma obra de referência; e (3) obstar a que a obra seja usada sem referência das fontes e, ainda, (4) homenagear Charles Boxer, insigne historiador que como muito poucos, concorreu para disseminar o interesse pela expansão portuguesa pelo mundo fora (p. 5).
- 5 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português e Historiador da Ásia*, p. 120.
- 6 *Ibidem*, p. 125.
- 7 Para além de outras fontes o presente artigo tem por base a obra de Boxer, *João de Barros: Portuguese Humanist ...*, tanto na sua versão original em inglês como a sua tradução para português.
- 8 Severim de Faria escreveu as primeiras biografias de João de Barros, Diogo do Couto, Luís de Camões e outros. Primeiro biógrafo de João de Barros, o culto chantre da Sé de Évora (1584-1665), lamenta a pouca atenção que no seu tempo era dispensada a João de Barros.
- 9 Boxer diz que os humanistas do século XVI podem ser organizados em três categorias principais, pertencendo à primeira categoria aqueles que se votaram ao estudo do grego da Antiguidade ou do latim e a copiar ou adoptar modelos greco-romanos, afastando-se do cristianismo ou professando-o apenas formalmente, sendo por isso considerados como neo-pagãos. Outros, como Erasmo, conciliavam os ideais clássicos, mantinham firmes os ideais cristãos, mas aspiravam a uma profunda reforma da Igreja Católica. E, finalmente, os da terceira categoria eram fiéis à plenitude da sua crença e ortodoxia, cultivando ardentemente a literatura grega e a latina sem se deixarem afectar pelo apelo dos ideais clássicos (Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, pp. 13-14).
- 10 *Ibidem*, p. 9.
- 11 *Ibidem*, p. 22.
- 12 *Ibidem*, p. 20.
- 13 *Ibidem*, p. 34.
- 14 *Ibidem*.
- 15 Os avultados investimentos que João de Barros fez nas expedições de colonização do Brasil, bem como na aquisição de prédios em Lisboa e de terrenos e construção de edifícios na sua quinta de Alitém resultaram em fracasso e em acumulação de dívidas que os seus descendentes tiveram que suportar após a sua morte, apesar do perdão de parte de dívida que a Coroa lhe concedeu.
- 16 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português ...*, p. 36.
- 17 *Ibidem*, pp. 40-41.
- 18 *Ibidem*, p. 38.
- 19 *Ibidem*.
- 20 *Ibidem*, p. 40.
- 21 *Ibidem*, p. 44.
- 22 Barros no prefácio afirma ter inventado o título a partir de duas palavras gregas, *ropica* e *pnefmaticos*, que em português significaria “mercadoria mspirital”. Boxer recorre a Révah para nos dizer que Barros interpretou erradamente o texto de Plutarco em que fundamenta o título e daí se poder concluir que o humanista teria um maior domínio do latim do que do grego clássico.
- 23 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português ...*, p. 47.
- 24 *Ibidem*, p. 48.
- 25 *Ibidem*, pp. 61-62.
- 26 *Ibidem*, p. 48.
- 27 Citando Révah (1963), Boxer lembra que Portugal teve a Inquisição mais nefasta e obscurantista de toda a Igreja Católica. No último quartel do século XVI, a tripla censura inquisitorial, episcopal e do Desembargo do Paço tornou a actividade editorial enfadonha e perigosa para o autor, para o editor e para o impressor (*Ibidem*, p. 25).
- 28 *Ibidem*, p. 60.
- 29 *Ibidem*, p. 65.
- 30 *Ibidem*.
- 31 Os Panegíricos eram para ser lidos, na sua totalidade, perante a audiência.
- 32 *Os Lusíadas* I, 1, alínea 3.
- 33 *Panegíricos*, ed. 1943, p. 169 (cit. por Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 70.)
- 34 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 78.
- 35 *Ibidem*, pp. 74-75.
- 36 *Ibidem*, pp. 78-79.
- 37 Esta obra foi autonomizada pelo editor/impressor já que inicialmente o autor a escreveu juntamente com a Gramática da língua portuguesa e mais dois diálogos.
- 38 O Catecismo foi aproveitado por S. Francisco Xavier nas missões dos jesuítas do Oriente, com exclusão do abecedário pictográfico. Este mesmo Catecismo foi traduzido em tâmil por Tomé da Cruz, um dos quatro convertidos do Malabar. Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português ...*, p. 84.
- 39 *Ibidem*, p. 84.
- 40 *Ibidem*, p. 90.
- 41 *Ibidem*.
- 42 *Ibidem*, p. 91.
- 43 Aqui Boxer, não de forma expressa, remete para a mudança dos tempos, sobretudo aquelas circunstâncias decorrentes da Inquisição que, no ano da edição desta obra, em 1540, já se manifestava de forma assustadora (*ibidem*).
- 44 Esta obra foi dedicada à Infanta Dona Maria, que mais tarde veio a ser desposada por Filipe II, rei de Espanha e mais tarde também rei de Portugal. Esta infanta não é a princesa referida nos *Panegíricos*, embora ambas se chamem Maria.
- 45 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 97.
- 46 Anote-se que cada *Década* se estrutura em 10 livros e cada um destes se organiza em vários capítulos.
- 47 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 100.
- 48 *Década I*, Livro VI.
- 49 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, pp. 98-99.
- 50 *Ibidem*, pp. 101-103.
- 51 *Ibidem*, p. 104.
- 52 *Ibidem*, p. 110.
- 53 *Ibidem*, pp. 106-107.
- 54 *Ibidem*, p. 109.
- 55 João Baptista Lavanha (1550-1624) foi professor de Matemática em Lisboa e em Madrid. Na Corte de Lisboa exerceu os cargos de

EM MEMÓRIA DE CHARLES R. BOXER

engenheiro-mor do Reino (1586), cosmógrafo-mor do Reino (1591) e cronista-mor do Reino (1618). Organizou o quarto volume das *Décadas da Ásia*, deixado inacabado por João de Barros, que foi publicado em Madrid em 1615.

56 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 113.

57 *Ibidem*, p. 113.

58 Frei Mariano Azaro era um carmelita descalço, constando os seus comentários de uma carta escrita em Lisboa em 9 de Outubro de 1583.

59 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 128.

60 *Ibidem*, p. 121.

61 *Ibidem*, p. 27.

62 *Década III*, Livro 3, cap. 1.

63 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, pp. 33-34.

64 Facto assinalado por Marques Braga na edição de *Crónica do Imperador Clarimundo*, em 3 volumes, Lisboa, Sá da Costa, 1953.

65 Obra da autoria do castelhano Gonzalo Fernandez de Oviedo e Valdéz, publicada em Valência, em 1519.

66 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 99.

67 *Ibidem*, p. 86.

68 *Ibidem*, p. 87.

69 *Ibidem*, p. 118.

70 *Ibidem*, p. 121.

71 Entre estes Frei Mariano Azaro.

72 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*, p. 139.

73 *Ibidem*, pp. 137-139.

74 *Ibidem*, p. 36.

75 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*p. 89.

76 Boxer sustenta esta tese constante dos estudos do Professor Hernâni Cidade, que, na sua obra *Portugal Histórico Cultural*, (Lisboa, Editora Arcádia, 1968), afirma, na página 141, que João de Barros deu um contributo tão importante para o aperfeiçoamento da língua portuguesa que sem isso o português não seria a mesma língua.

77 Fernão Lopes de Castanheda escreveu, na primeira metade do século XVI, sobre a presença portuguesa na Ásia. A sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* é a primeira crónica da Expansão a ser impressa. Segundo escreve João de Barros, no prólogo da *Primeira Década da Ásia*, tanto D. Manuel como D. João III tinham enviado missivas a D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, a Afonso de Albuquerque que lhe sucedera, e a Nuno da Cunha, solicitando que lhe fossem enviadas informações minuciosas sobre o que acontecia no Oriente de forma a se poder escrever a História da Expansão Portuguesa.

78 Charles R. Boxer, *João de Barros: Humanista Português...*p. 123.

79 *Ibidem*, p. 132.

80 *Ibidem*, p. 90.

IN MEMORY OF CHARLES R. BOXER

# Cenários da China em Casas Portuguesas

## A Propósito do Papel de Parede: Tratos, Rotas e Destinos

CRISTINA COSTA GOMES\*, ISABEL MURTA PINA\*\*

### CHARLES BOXER: MERCADORES E MERCADORIAS EM CENÁRIOS ASIÁTICOS

A figura e a obra pioneira de Charles Boxer constituem ainda hoje marcos de referência nos estudos sobre Macau e sobre a presença dos portugueses na Ásia. Na sua vasta e multifacetada produção bibliográfica, o autor traça-nos fascinantes retratos deste mundo

de negociantes e de negócios nos litorais da Ásia, envolvendo portugueses, outros europeus, chineses, japoneses, indianos, malaios, javaneses e outros asiáticos, além de africanos e colocando em articulação os portos da Ásia Oriental, da Ásia do Sueste, da Ásia do Sul, da África Oriental, do Brasil e da Europa. Através de estudos como *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*,<sup>1</sup> *O Grande Navio de Amacau*,<sup>2</sup> *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*,<sup>3</sup> “The Rise and Fall of Nicholas Iquan,”<sup>4</sup> ou “The Carreira da Índia (Ships, Men, Cargoes, Voyages)”<sup>5</sup> entramos na pulsante circulação de cultura material em vários sentidos, em diferentes dimensões e em múltiplas escalas.

Numa homenagem ao trabalho de Charles Boxer, este artigo abordará o caso de um dos produtos, até há pouco tempo insuficientemente explorado, que surge arrolado nas listas de cargas das naus da Carreira da Índia a partir do século XVIII: o papel de parede chinês. Mercadoria de luxo, de carácter efémero e frágil, com um enorme impacto visual, permitiu criar verdadeiros cenários exóticos da China em casas portuguesas.

### MEMÓRIAS ESCRITAS DE PAPÉIS DA CHINA

A prática de revestir as paredes com papel foi, ao que tudo indica, pouco comum na China, embora um escasso número de registos documentais, permitam atestar esta utilização. Efectivamente, desde o século XVII, alguns relatos redigidos por europeus confirmam a aplicação de papel nas paredes das casas chinesas, mesmo sendo essa uma opção decorativa invulgar.

\* \* Doutorada em História Moderna pela Universidade de Lisboa. Directora da Biblioteca do Centro Científico e Cultural de Macau (Lisboa) e investigadora do Centro de Estudos Clássicos (Universidade de Lisboa), é ainda Paleógrafa e Professora na Escola Superior de Artes Decorativas. Tem publicado diversos artigos e livros, entre os quais: *Diogo de Sá no Renascimento Português* (Lisboa: CEC/FLUL, 2012); *Comentários de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624) de Don García de Silva y Figueroa*, Vols. I e II (co-edição com Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende; Lisboa: CHAM, 2011) e *Tomás Pereira. Obras* (como co-autora; Lisboa: CCCM, 2011).

*Ph.D. from the University of Lisbon. She is the Director of the Library of the Macau Scientific and Cultural Centre (Lisbon) and researcher at the Classical Studies Centre (University of Lisbon). A well-known Paleographer, she teaches at Escola Superior de Artes Decorativas in Lisbon. She has published several articles and books, such as Diogo de Sá no Renascimento Português (Lisbon: CEC/FLUL, 2012); Comentários de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624) de Don García de Silva y Figueroa, Vols. I and II (as co-editor with Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende; Lisbon: CHAM, 2011) and Tomás Pereira. Obras (as co-author; Lisbon: CCCM, 2011).*

\*\* Doutorada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigadora no Centro Científico e Cultural de Macau. Foi docente no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, entre 2006 e 2011, e posteriormente na licenciatura de Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É autora dos livros *Jesuitas Chineses e Mestiços da Missão da China (1589-1689)* (Lisboa: CCCM, 2011) e *Os Jesuitas em Nanquim, 1599-1633* (Lisboa: CCCM, 2008). É ainda uma das autoras de *Tomás Pereira. Obras* (Lisboa: CCCM, 2011).

*Ph.D. in History from the the Faculty of Social and Human Sciences of Lisbon's Universidade Nova, she is a researcher at the Macau Scientific and Cultural Centre. She lectured at the Institute of Oriental Studies of the Catholic University of Portugal and at the Asian Studies Course at the University of Lisbon. She has published the books Jesuitas Chineses e Mestiços da Missão da China, 1589-1689 (Lisbon: CCCM, 2011) and Os Jesuitas em Nanquim, 1599-1633 (Lisbon: CCCM, 2008). She is also co-author of Tomás Pereira. Obras (Lisbon: CCCM, 2011).*